



**CAIO GUTEMBERG DA SILVA PETRONILHO**

**A ARGUMENTAÇÃO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS  
LINGUÍSTICAS**

**LAVRAS - MG  
2021**

**CAIO GUTEMBERG DA SILVA PETRONILHO**

**A ARGUMENTAÇÃO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Letras, para a obtenção do título de Licenciado.

Profa. Dra. Mauriceia Silva de Paula Vieira  
Orientadora

**LAVRAS - MG  
2021**

**CAIO GUTEMBERG DA SILVA PETRONILHO**

**A ARGUMENTAÇÃO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS**

**ARGUMENTATION UNDER DIFFERENT LINGUISTIC PERSPECTIVES**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Letras, para a obtenção do título de Licenciado.

APROVADA em 31 de maio de 2021.

Dra. Helena Maria Ferreira (UFLA)

Dr. Marco Antonio Villarta-Neder (UFLA)

Profa. Dra. Mauriceia Silva de Paula Vieira  
Orientadora

**LAVRAS - MG**  
**2021**

*Ao Fábio, por diariamente revestir a minha existência de sentido.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Henrique, pelo apoio financeiro e afetivo ininterrupto e oferecido por toda a minha vida, pela paciência, pelos conselhos e, acima de tudo, por sempre ter valorizado a minha formação.

À minha sogra, Maria, pela acolhida, pelo apoio, pelo carinho, pelo cuidado cotidiano e pela edificação ética a mim ofertados no decorrer de nossa convivência.

À grande amiga que a graduação me deu, Valéria, pelo carinho, pelos conselhos, pelas conversas, pelos bons momentos, pelo apoio e pela parceria sempre presente. **NÓS CONSEGUIMOS!!!**

Aos meus avós, Ana, Fernando, Rosilda e Fernando, cujo apoio sempre foi indispensável para que o meu percurso pela educação fosse possível.

À minha tia, Érika, que durante toda a minha vida foi um exemplo a ser seguido, e que nunca deixou de me apoiar e de me tratar como um filho.

À minha orientadora, Mauriceia, por ter acreditado em mim e por ter tido uma enorme paciência. Nada disso teria sido possível sem o seu carinho e a sua dedicação.

Ao Marcos, estudante que, em um processo magnífico e genuíno de aprendizado mútuo, me permitiu refletir sobre a proposição de meios de se garantir que a educação esteja disponível a todas as diversas formas de percepção do mundo.

À minha mãe, Fernanda, pelo cuidado, pelo apoio e pelo imenso amor dedicado a mim e aos meus irmãos.

Aos meus irmãos, Marco Antônio, Yashmin, Yuri, Gabrielle e Caroline, e aos meus primos, Nathanael, Júlia, Lucas e Alice, pelos bons momentos. Sou apenas o começo de um legado importante para a nossa família, no qual a educação tem o papel mais importante de todos.

Aos professores membros da banca, Marco Antônio e Helena, pela disponibilidade e pelas importantíssimas contribuições.

Aos estudantes e profissionais da Escola Municipal Manuel Pereira Ramalho, pela acolhida, pelo carinho e por dividirem comigo momentos inesquecíveis. Agradeço, também, pela convivência mais próxima, às seguintes professoras e profissionais da educação: Paula, Michella, Gabriela, Adriana, Rejane, Juliana, Kátia, Mayumi e Leidinara. É também importantíssimo agradecer o carinho e o cuidado imenso que recebi das profissionais atuantes no refeitório, especialmente as seguintes: Mara, Mires e Ísis.

A todos os meus demais familiares e amigos, pelo apoio direto e indireto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade de experiência formativa e pelo apoio financeiro oferecidos na forma de bolsa de iniciação à docência.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela oportunidade de desenvolvimento intelectual e pelo apoio financeiro oferecidos na forma de bolsa de iniciação científica.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), pela oportunidade de aprofundamento didático e pelo apoio financeiro oferecidos na forma de bolsa de monitoria remunerada.

À Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, pela oportunidade de desenvolvimento profissional e pelo apoio financeiro oferecidos na forma de bolsa de estágio remunerado.

Aos demais professores e servidores públicos que atuam direta ou indiretamente na condução das atividades relativas ao curso de Letras da UFLA, pela conhecida excelência com que operam e por terem tornado possível a minha graduação.

**MUITO OBRIGADO!**

## RESUMO

A argumentação é uma temática sempre presente nas reflexões sobre a natureza e os usos das linguagens humanas, de modo que frequentemente é abordada por tratados teóricos e investigações científicas que buscam evidenciar as suas características e refletir sobre a sua compreensão. É nesse quadro que este trabalho objetiva, mediante a realização de uma pesquisa de natureza bibliográfica, apresentar alguns caminhos de investigação linguística que focalizam a argumentação, as estratégias argumentativas e os operadores argumentativos, de modo a elaborar, com base neles, uma reflexão crítica. O referencial teórico reside em Koch (2004, 2015), Fiorin (2018), Vieira (2016) e Perelman (1971). Para a constituição da pesquisa bibliográfica, foram compilados para análise cinco estudos, publicados em 2020 e em 2021 e selecionados por meio da plataforma Google Acadêmico, mediante o uso dos descritores “estratégias argumentativas” e “operadores argumentativos”. Compõem esse material os estudos de Sousa e Serra (2021), Oliveira e Lopes (2020), Pinheiro et al. (2020), Coimbra e Carvalho (2020) e Pozobon e David (2020). Para a orientação metodológica, foram considerados, principalmente, os trabalhos de Mariano e Rocha (2017) e de Lima e Mito (2007). Os resultados obtidos não somente apontam para a atualidade científica desse tema de pesquisa, uma vez que existe uma robusta pluralidade de trabalhos que elaboram discussões nesse âmbito, mas também indicam que se configura como uma tendência atual nos estudos da linguagem o entendimento de que a argumentação é constitutiva da linguagem, posto que qualquer enunciado é argumentativo, assim como ela é indispensável para a formação cultural dos sujeitos e para a sua atuação social e histórica. Além disso, foram percebidas discrepâncias entre eles, como uma consequência dessa diversidade: é possível investigar o ensino da argumentação, assim como analisar as formas e usos das estratégias e operadores argumentativos, postos a serviço de um projeto discursivo opinativo ou desinformativo, bem como com o intuito de empreender a construção de narrativas que influenciam a percepção dos acontecimentos históricos.

**Palavras-chave:** Argumentação. Estratégias argumentativas. Operadores argumentativos. Perspectivas linguísticas.

## ABSTRACT

Argumentation is a matter that has always been present in reflections on the nature and uses of language, thus it is often addressed by theoretical treatises and scientific investigations that seek to highlight its characteristics and reflect on its understanding. It is in this context that this work aims, by conducting a bibliographic research, to point out some ways of scientific investigation that focus on argumentation, argumentative strategies, and argumentative operators, to elaborate, based on them, a critical reflection. The theoretical foundation is Koch (2004, 2015), Fiorin (2018), Vieira (2016) and Perelman (1971). For the conduction of the bibliographic research, five studies were compiled for analysis, published in 2020 and in 2021 and selected through Google Scholar. The compiled studies are Sousa and Serra (2021), Oliveira and Lopes (2020), Pinheiro et al. (2020), Coimbra and Carvalho (2020) and Pozobon and David (2020). For methodological guidance, the works of Mariano and Rocha (2017) and Lima and Miotto (2007) were considered. The results not only point to the scientific relevance of this research topic, since there is a robust plurality of works that elaborate discussions about this matter, but they also indicate that the understanding that argumentation is constitutive of language is a current trend in language studies, in a way that considers that any statement is argumentative, just as it is indispensable for the cultural formation of the subjects and for their social and historical performance. In addition, discrepancies between them were observed just because of that diversity: it is possible to investigate the teaching of argumentation, as well as it is possible to analyze the forms and uses of argumentative strategies and operators, used to make up an opinionated or uninformatinal discursive project, as well as with the intention of manipulating the construction of narratives that influence the public perception of historical events.

**Keywords:** Argumentation. Argumentative strategies. Argumentative operators. Linguistic perspectives.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARGUMENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 A argumentatividade da e na língua .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Gêneros, estratégias, operadores argumentativos e espécies de argumentos .....</b>	<b>14</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 Pesquisa bibliográfica: fundamentos e objetivos .....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 Composição da amostra bibliográfica e princípios de análise.....</b>	<b>20</b>
<b>4 DIFERENTES FORMAS DE COMPREENSÃO DA ARGUMENTAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A argumentação sempre possuiu um papel fundamental para a formação e a transformação das sociedades, de modo que se constituiu como um objeto de estudo e de reflexão teórica, posto que, pelo menos desde a Antiguidade, tal aspecto da linguagem já era discutido com considerável profundidade.

Na Grécia Antiga, por exemplo, a maioria dos intelectuais refletia e debatia sobre o que é a formação da verdade e qual é o papel das palavras para a sua construção e a sua modificação. Assim, a linguagem tinha papel principal na atividade de raciocínio lógico, ferramenta pela qual era possível identificar verdades e falsidades (MOURA; MONTEIRO, 2021).

No decorrer dos desdobramentos pelos quais passou, nos últimos séculos, a história da filosofia e das ciências da linguagem, foi rompida uma tradição que não se atinha com profundidade às formas com que se estabeleciam métodos pelos quais garantir-se-ia a aderência de outrem, algo típico da filosofia moderna, em especial a racionalista, de modo que, em retomada da antiga tradição retórica grega, a argumentação voltou a ser considerada um elemento essencial ao procedimento de revelação ou ocultação da verdade (PERELMAN, 1969).

No campo dos estudos da linguagem, ela também passou a ser observada como uma relação de embate entre sujeitos, localizados social, histórica e culturalmente, no qual cada pessoa defende os seus posicionamentos, faz avaliações sobre si, sobre os outros e sobre as coisas de que se fala, bem como exerce uma função ativa de construção das verdades, das validades e da própria constituição dos sujeitos, o que só pode ocorrer no interior da cultura e, por isso, submete-se à permanente transformação.

O debate científico atual em relação ao papel e às formas da argumentação na linguagem tem sido cada vez mais frequente e aprofundado. Dessa situação decorre o fato de que se tem publicado um grande volume de trabalhos que se debruçam sobre esse tema, com pressupostos teóricos e propostas de análise diferentes.

Em face do exposto, esta monografia apresenta uma compilação de estudos sobre a argumentação com o objetivo de constituir um recorte dos achados científicos produzidos nesse âmbito de estudo e de elaborar, com base neles, uma reflexão crítica sobre o tema em diferentes abordagens. A base teórica reside em Vieira (2016), Fiorin (2018), Sousa e Serra (2021), Oliveira e Lopes (2020), Pinheiro et al. (2020), Coimbra e Carvalho (2020) e Pozobon e David (2020).

O referencial metodológico ancora-se principalmente em Mariano e Rocha (2017) e em

Lima e Miotto (2007). A perspectiva metodológica adotada é a pesquisa bibliográfica realizada mediante revisão de literatura. Foram selecionados, por meio da plataforma Google Acadêmico, cinco estudos, realizados entre os anos de 2020 e 2021 e que se debruçaram sobre a temática da argumentação.

A relevância dessa proposta reside no seu potencial de oferecer contribuições de natureza reflexiva para o entendimento das tendências atuais de enquadramento científico da argumentação e das suas características, o que fornece a pesquisadores, a professores e aos demais interessados nesse ramo de estudo um meio eficaz de aprimoramento intelectual e profissional.

Sucedem a esta introdução as seguintes seções:

- a) O Capítulo 2, intitulado “A argumentação e suas formas”, que discute, de maneira breve, a natureza da argumentação, a sua relação com a organização da linguagem e com a formação dos sujeitos, bem como apresenta algumas espécies de argumentos e de operadores argumentativos;
- b) O Capítulo 3, no qual são apresentados os pressupostos metodológicos assumidos por este trabalho, notadamente aqueles atinentes à pesquisa bibliográfica feita mediante revisão de literatura, e os princípios que nortearam a reunião e a análise dos trabalhos científicos consultados;
- c) O Capítulo 4, intitulado “Diferentes caminhos para a compreensão da argumentação”, em que é apresentada a reflexão crítica proposta por este trabalho, com base no contato com os artigos científicos compilados;
- d) O capítulo 5, em que são tecidas as considerações finais, de modo a destacar os pontos de convergência e de discrepância entre as perspectivas discutidas, bem como apresentar lacunas observadas nas leituras e prospectar caminhos a serem seguidos por estudos posteriores.

Encerra este texto a seção na qual constam as referências bibliográficas consultadas para a elaboração desta pesquisa.

## 2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARGUMENTAÇÃO

Nesta seção, propõe-se uma breve discussão acerca da natureza da argumentação e da argumentatividade na língua, bem como são apresentadas noções referentes às estratégias argumentativas, aos operadores argumentativos, aos gêneros argumentativos e às espécies de argumentos, com base nas contribuições de Koch (2004, 2015), Fiorin (2018), Vieira (2016) e Perelman (1971).

### 2.1 A argumentatividade da e na língua

É razoável afirmar que a maioria das perspectivas atuais no âmbito dos estudos da linguagem entendem como constitutiva da linguagem uma relação íntima com a dimensão social, uma vez que, para elas, todo ato linguístico é revestido de uma atuação sociocultural e se constitui como um meio de constituição mútua entre os sujeitos. Nesse sentido, Koch (2004) defende que

O ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade (KOCH, 2004, p. 17).

Para essa autora, a argumentação é inerente à linguagem e, na interação, a busca pela adesão do outro ao discurso apresentado constitui-se como um dos objetivos comunicativos. Ela destaca que o ato de convencer é diferente do de persuadir, pois, enquanto o convencimento está relacionado ao raciocínio lógico, a persuasão considera as emoções do interlocutor para sensibilizá-lo. Fiorin (2018, p. 15) reitera esse posicionamento, já que, para esse autor, “é um lugar-comum na linguística atual a afirmação de que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana e de que, portanto, todos os enunciados são argumentativos”.

Nesse viés, surge o entendimento segundo o qual a argumentação é constitutiva da língua, uma vez que todo dizer concretiza um posicionamento do falante em relação a um tema e evidencia o seu movimento em direção à persuasão e ao convencimento dos outros falantes – trata-se da argumentatividade intrínseca da língua/linguagem (VIEIRA, 2016). Além disso, é importante mencionar que as escolhas linguísticas (lexicais, sintáticas, textuais e discursivas) também compõem o ato argumentativo realizado pelo enunciado.

Vieira (2016, p. 1688) sintetiza essa constatação, já que, para essa autora,

Conceber a língua/linguagem como uma forma de ação e de interação implica aceitar que, ao usar a língua/linguagem, o sujeito está atuando/agindo sobre o mundo e sobre os interlocutores, com o objetivo de convencê-los sobre determinados pontos de vista, valores e crenças.

Existem tentativas de se considerar um componente retórico (ou pragmático) nos modelos de compreensão das gramáticas naturais, pelo qual, segundo Fiorin (2018, p. 15), seria possível explicar o “sentido<sup>1</sup> do enunciado<sup>2</sup> em uso, isto é, numa situação de comunicação”. Assim, haveria uma espécie de componente da gramática que, embora não se organize segundo leis estritamente linguísticas, seria o responsável pela interação entre o nível semântico e a discursividade, e, nele, encontrar-se-ia a função argumentativa da linguagem (FIORIN, 2018).

Através desse componente, seria possível, a título de exemplo, explicar por qual motivo determinada palavra ou expressão assume uma significação extremamente particular em dado contexto de uso, que é sempre alinhada a uma orientação discursiva assumida pelo enunciador, o que, por isso mesmo, constitui um ato argumentativo. Assim, para Fiorin (2018, p. 16), “se a retórica concerne ao sentido do enunciado em uso, ou seja, numa situação particular de enunciação, retórica torna-se sinônimo de pragmática”.

Esse mesmo autor pontua que é importante perceber que nem sempre uma perspectiva teórica sobre a argumentação a entende como um procedimento discursivo, já que existem, por exemplo, escolas francesas filiadas à visão de que a argumentação se restringe ao conjunto de operações lógicas que, no íntimo interior da gramática, mobilizam as unidades semânticas em direção a conclusões que, em hipótese alguma, excedem o núcleo central do sentido (FIORIN, 2018).

Por outro lado, a robusta maioria dos posicionamentos teóricos atinentes à argumentação a entendem como uma atuação propriamente discursiva, ainda que, de maneira óbvia, ela não prescindia do uso dos elementos que compõem a gramática e, dada a sua saliência discursiva, gere repercussão na própria organização gramatical (FIORIN, 2018). Daí surge a importância de se investigar o que são gêneros, estratégias e operadores argumentativos, bem como propor a classificação dos argumentos em espécies.

---

<sup>1</sup> Conceito complexo, que pode ser utilizado como sinônimo de significado ou não. Essa diferenciação, entretanto, não faz parte do escopo deste trabalho, que utiliza essa noção com o objetivo de mencionar a matização discursiva dos significados.

<sup>2</sup> Trata-se de outro conceito bastante imbricado, com diferentes acepções. Neste trabalho, ele é usado em seu matiz mais precípuo, qual seja, a referência a um ato de produção discursivo-linguística, e como sinônimo para enunciação e ato enunciativo. Há perspectivas que distinguem veementemente essas noções, bem como há outras, às quais se filia este trabalho, que as veem como imbricadas e componentes de um processo de instauração e de organização discursiva que é fundamental à existência da linguagem.

## 2.2 Gêneros, estratégias, operadores argumentativos e espécies de argumentos

Além de se constatar a argumentatividade enquanto elemento constitutivo da língua, é necessário compreender que existem gêneros textuais cuja natureza é argumentativa, de modo que “texto de opinião, diálogo argumentativo, carta do leitor, carta de reclamação, deliberação informal, debate regrado, discurso de defesa (adv.) [e] discurso de acusação (adv.) são exemplos de gêneros orais e escritos que se organizam em torno da argumentação” (VIEIRA, 2016, p. 1688).

Esses gêneros se configuram como “tipos relativamente estáveis de enunciados<sup>3</sup>” (BAKHTIN, 2016, p. 12), nas quais os sujeitos, mediante o uso de estratégias específicas, mobilizam formas linguísticas (os operadores) que veiculam argumentos, com o objetivo de defender seu ponto de vista e persuadir outros sujeitos, de modo a promover o seu convencimento. Existem várias estratégias argumentativas, às quais se relacionam diversos operadores argumentativos, que podem ser selecionados pelos falantes nos mais diversos contextos que envolvem o uso da argumentação.

Koch (2015, p. 29), afirma que “toda língua possui, em sua Gramática, mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados”, o que leva ao entendimento segundo o qual “a argumentatividade [...] está inscrita na própria língua<sup>4</sup>” (KOCH, 2015, p. 29). Esses mecanismos, para a autora, são as “marcas linguísticas [...] da argumentação” (KOCH, 2015, p. 29).

Ela prossegue, afirmando que o termo “operador argumentativo” foi cunhado no âmbito da Semântica Argumentativa de Ducrot, de modo a “designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar [...] a direção (sentido) para o qual apontam” (KOCH, 2015, p. 30). Assim, pode-se assumir que, nesse quadro teórico, um operador argumentativo é o elemento gramatical mobilizado para a consecução dos objetivos argumentativos assumidos pelo locutor, de modo que esse elemento possui argumentatividade intrínseca (KOCH, 2015).

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma das formas pelas quais a argumentatividade repercute na organização da gramática, conforme discutido anteriormente. Existe polêmica teórica intensa em torno da definição do conceito de enunciado, ao qual se relaciona intimamente a noção de enunciação. Este trabalho se filia à visão bakhtiniana de que existe uma imbricação entre o processo (enunciação) e o produto (enunciado), já que “um dos conceitos fundamentais da teoria [bakhtiniana] é o de enunciado concreto, que é um todo formado pela parte material (verbal ou visual) e pelos contextos de produção, circulação e recepção” (SILVA, 2013, p. 49). Há perspectivas que opõem esses dois termos, ou que desconsideram a enunciação no decorrer da definição do que é o enunciado.

<sup>4</sup> Há uma diferença substancial entre dizer que a argumentatividade *está* na gramática e afirmar que ela *repercute* na gramática. Essa distinção opõe perspectivas formalistas e funcionalistas.

Uma referência-chave no campo dos estudos da argumentação é o trabalho de Perelman (1971), no qual o autor, além de realizar um percurso histórico minucioso sobre esse fenômeno, oferece um quadro teórico bastante robusto para a sua compreensão.

Para ele, enquanto a apreensão de um processo de construção lógica depende unicamente da relação estabelecida entre os elementos e os princípios lógicos assumidos pelo demonstrador, um processo argumentativo, posto que envolve a aderência de outrem a dado posicionamento, não pode prescindir de uma assunção dos fatores psicológicos e sociais que o revestem:

Where these elements come from, whether they are impersonal truths, divine thoughts, results of experiment, or postulates particular to the author, these are questions which the logician considers foreign to his discipline. But when it is a question of arguing, of using discourse to influence the intensity of an audience's adherence to certain theses, it is no longer possible to neglect completely, as irrelevancies, the psychological and social conditions in the absence of which argumentation would be pointless and without result (PERELMAN, 1971, p. 14).

Como decorrência da pluralidade que reveste os estudos da argumentação, está o fato de que inexiste acepção única para os conceitos de argumentação, argumentatividade, argumento, estratégia argumentativa e operador argumentativo. Por outro lado, como é possível observar na Tabela 1, pode-se delimitar acepções gerais para eles, que muitas vezes são tidos como pressupostos<sup>5</sup>.

Tabela 1 – Conceitos gerais de argumentação, argumentatividade, argumento, gênero argumentativo, estratégia argumentativa e operador argumentativo.

CONCEITO	DEFINIÇÃO
<b>Argumentação</b>	Contato intelectual entre mentes socialmente localizadas, no qual se almeja a obtenção de aderência a um posicionamento mediante o

<sup>5</sup> Esses termos frequentemente são utilizados sem que haja uma conceituação explicitada, de modo que a sua definição ocorre de maneira subjacente. Além disso, é bastante comum que as diferentes perspectivas apresentem noções distintas para esses conceitos, como, por exemplo, o fato de que, para alguns estudiosos, é válido o estabelecimento de uma relação de sinonímia entre os termos “operador” e “estratégia”, enquanto para outros isso é impensável, posta a discrepância assumida entre eles – esta última perspectiva é a adotada neste trabalho, principalmente à luz dos artigos analisados no decorrer do capítulo 4.

	convencimento e a persuasão (KOCH, 2004; PERELMAN, 1971)
<b>Argumentatividade</b>	Presença ou repercussão <sup>6</sup> , na organização gramatical das línguas, dos elementos que compõem a orientação discursiva de um projeto argumentativo (KOCH, 2004; FIORIN, 2018).
<b>Argumento</b>	Conjunto de premissas selecionadas e organizadas, que decorrem de um posicionamento valorativo para o qual se busca a adesão de outrem (PERELMAN, 1971)
<b>Gênero argumentativo</b>	Formas de organização textual voltadas à criação de textos escritos de função eminentemente argumentativa, consolidadas pelo uso (p. ex., artigo de opinião e editorial)
<b>Estratégia argumentativa</b>	Procedimento de seleção das unidades linguísticas, lógicas e espécies de argumentos mobilizados no decorrer da construção de um enunciado argumentativo. Pode se referir, também, a um procedimento lógico frequentemente observado como dotado de objetivos argumentativos (p. ex., a comparação)
<b>Operador argumentativo</b>	Termos linguísticos, unidades lógicas e classes de argumentos mobilizados no decorrer da construção de um enunciado argumentativo.

Fonte: Do autor (2021).

<sup>6</sup> *Presença*: a argumentação é um componente da gramática das línguas; *repercussão*: a argumentação influencia a organização da gramática, mas não faz parte dela.



Além disso, Vieira (2016), em consulta a alguns trabalhos produzidos no âmbito dos estudos da argumentação, apresenta uma síntese referente a algumas espécies de argumentos mencionados por essas pesquisas, apresentados em conformidade com o disposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Espécies de argumentos segundo Vieira (2016).

<b>ESPÉCIE</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
<b>Baseados no senso comum</b>	Verdades culturalmente aceitas, sem comprovação. Costumam reforçar outros argumentos.
<b>Por oposição</b>	Uso de conectores adversativos e concessivos.
<b>Por ilustração</b>	Uso de uma situação genérica que comprova uma afirmação geral.
<b>Por exemplificação (indução)</b>	Citação de casos particulares para a extração de uma conclusão generalizadora.
<b>De autoridade</b>	Recorrência a autores ou publicações de peso na área debatida.
<b>Por raciocínio lógico</b>	Resultam de relações lógicas (inclusão, disjunção, implicação etc.).
<b>Refutação ou contra-argumentação</b>	Os argumentos contrários são trazidos e refutados com fatos.
<b>Por perguntas retóricas</b>	Uso de perguntas que mantêm a atenção do leitor.
<b>Seleção lexical</b>	Escolha de palavras com alta carga argumentativa.

Fonte: do autor (2021).

Com base no exposto nesta seção, é possível constatar que, além de haver uma relação de constitutividade entre a argumentação e a linguagem, uma vez que a argumentatividade é inerente às práticas linguísticas de tal modo que pode, inclusive, ser entendida como um

componente da gramática, existem elementos linguísticos notadamente argumentativos, desde aqueles mais complexos, como os gêneros textuais (artigo de opinião, editorial, dissertação), até os de menor complexidade, como a escolha lexical e a organização sintática. Esses últimos são entendidos como o conjunto de operadores argumentativos, e ocorrem com maior frequência em gêneros textuais argumentativos, bem como são selecionados, ao lado dos argumentos, mediante estratégias argumentativas que decorrem dos objetivos comunicativos assumidos pelo falante.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Pesquisa bibliográfica: fundamentos e objetivos

O momento atual da história humana insere-a em uma realidade na qual a informação é sempre plural e volumosa, de modo que, contrariamente à maneira de se viver existente há algumas décadas, a velocidade de produção e de acesso à informação é substancialmente maior e exponencialmente crescente. Tal situação, inevitavelmente, afeta a fixação dos pressupostos com os quais se faz ciência.

Mariano e Rocha (2017, p. 427) pontuam que “a quantidade de informações disponíveis aumentou a dificuldade de garantir uma amostra representativa e relevante a respeito de um tema”, bem como postulam o fato de que, “em uma era da informação que produz um número cada vez maior de publicações, identificar a pesquisa relevante e suas interconexões tornou-se uma tarefa cada vez mais desafiadora e valiosa” (MARIANO; ROCHA, 2017, p. 427).

Em teor semelhante, Lima e Miotto (2007) evidenciam que as formas atuais de organização econômica e política incidem diretamente sobre a concepção e a produção do conhecimento. Para elas, “A constatação de que o desenvolvimento econômico é o principal condicionante para a produção de conhecimento, torna-se o motivo principal pelo qual se deve produzir e encaminhar pesquisas” (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 38).

Essas mesmas autoras salientam que a universidade pública brasileira, nas últimas décadas, passou a se organizar de acordo com uma lógica corporativa, advinda de uma visão gerencial da administração pública, e que por isso, ela “está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional” (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 38) e é “avaliada por índices de produtividade” (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 38). Tal fato faz com que ocorra, especialmente no âmbito da pós-graduação, um incremento no incentivo à pesquisa e na sua exigência, o que, por sua vez, implica em aumento no volume de publicações científicas (LIMA; MIOTTO, 2007).

Assim, percebe-se, como decorrência dessa situação, uma valorização cada vez maior da pesquisa bibliográfica, que impescinde da revisão de literatura. Esta se caracteriza por ser “uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema” (BENTO, sem data, p. 1), e se constitui como o meio por excelência através do qual se efetiva a investigação de caráter bibliográfico (MARIANO; ROCHA, 2017).

Bento (sem data, p. 1) indica que “a revisão da literatura é uma parte vital do processo de investigação. Esse tipo de estudo pode ser realizado de várias maneiras, como demonstram Mariano e Rocha (2017, p. 432), o que impõe ao pesquisador a necessidade de se pensar

qual o objetivo e escopo que pretende contemplar. Embora ela [a revisão de literatura] não seja obrigatória na constituição do corpo textual dos artigos, ela se torna cada vez mais solicitada para autores, empresas e projetos, que necessitam de uma revisão mais objetiva da literatura por meio da escolha dos critérios e ferramentas adequadas [...].

Desse modo, além da consideração obrigatória da revisão de literatura para a consecução do escopo assumido por esta monografia, é necessário indicar qual modalidade de revisão julgou-se mais adequada para tanto: a revisão qualitativa.

Ela se caracteriza, segundo esses autores (MARIANO; ROCHA, 2017, p. 431-432), pelos seguintes aspectos: a) ela se define por se constituir como um sumário de resultados encontrados por pesquisas qualitativas; b) ela tem o propósito de instruir a prática científica atinente a uma temática específica, apresentando diferentes formas de discuti-la; c) seu escopo é flexível, podendo ser amplo ou limitado; d) sua amostra é necessariamente composta por pesquisas qualitativas; e) sua análise possui teor narrativo.

Logo, entende-se que a realização de estudos dessa natureza possui importância ímpar no atual momento da relação entre o incremento no volume de produção da informação, a mudança no delineamento do papel da universidade e nas formas de produção científica, bem como se constata que, relativamente ao objetivo fixado por esta monografia, figura-se como mais adequada a modalidade qualitativa de revisão bibliográfica.

### **3.2 Composição da amostra bibliográfica e princípios de análise**

A seleção das produções científicas que foram consideradas pela discussão feita por esta monografia foi realizada em conformidade com os seguintes pressupostos:

- a) houve restrição de espécie de produção, tendo sido consideradas para a análise apenas artigos de periódicos e versões escritas e completas de trabalhos apresentados em eventos, sendo desconsiderados resumos, resumos expandidos, dissertações e teses;
- b) foi utilizada a plataforma de busca Google Acadêmico<sup>7</sup>, configurada com a seleção de páginas apenas em português, organizadas desde 2021 e classificadas decrescentemente por data (da mais recente para a mais antiga);
- c) as palavras-chave utilizadas durante a busca foram “estratégias argumentativas” e “operadores argumentativos” (com as aspas, de modo a evitar que a busca se

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://scholar.google.com>>.

congestionasse em virtude da consideração de resultados com as palavras separadas);

- d) foram abertas duas janelas do navegador ao mesmo tempo, de modo que em cada uma delas fosse realizada a pesquisa com uma palavra-chave;
- e) foram selecionados apenas trabalhos que versassem eminentemente sobre linguística, análise do discurso e teoria da argumentação, sendo desconsideradas produções de outras áreas (direito, administração etc.);
- f) para a seleção, foi considerado o intervalo de tempo que compreende os anos de 2021 e 2020;
- g) a busca e a seleção dos trabalhos foram realizadas no decorrer do mês de fevereiro de 2021.

Em um primeiro momento, foram reunidos para análise 18 artigos<sup>8</sup>, entretanto, a partir da necessidade do estabelecimento de um recorte, foram reunidos para fundamentar a análise os cinco primeiros trabalhos, constantes dos resultados da busca:

- 1) “Operadores e estratégias de argumentação em textos de alunos do ensino médio da rede pública estadual de Bacabal – MA: uma investigação em textos dissertativo-argumentativos”, de Sousa e Serra (2021);
- 2) “As modalidades deôntica e volitiva no artigo de opinião: a argumentatividade na coluna *Confronto das Ideias* do jornal *O Povo*”, de Oliveira e Lopes (2020);
- 3) “Heterogeneidades enunciativas como estratégias argumentativas no *Twitter*”, de Pinheiro et al. (2020);
- 4) “Uma análise das estratégias argumentativas nos pronunciamentos oficiais de Bolsonaro”, de Coimbra e Carvalho (2020);
- 5) “O impeachment de Dilma Rousseff em *Veja* e *CartaCapital* e suas relações com outros acontecimentos histórico-políticos”, de Pozobon e David (2020);

Uma vez elegidos os trabalhos focalizados, cumpre indicar os princípios norteadores da sua análise:

- a) em primeiro lugar, procede-se ao contato com os objetivos assumidos pela proposta;
- b) após, se investiga o quadro teórico que norteou o estudo;
- c) em último lugar, o olhar é direcionado aos resultados obtidos pelos pesquisadores.

---

<sup>8</sup> A seleção ocorreu considerando-se a alternância entre as abas do navegador, posto que o uso das palavras-chave ocorreu de maneira simultânea.

#### 4 DIFERENTES FORMAS DE COMPREENSÃO DA ARGUMENTAÇÃO

Esta seção é dedicada à elaboração de uma reflexão crítica relativa à argumentação, com foco nas diferentes possibilidades de compreensão dessa problemática, encontradas em produções científicas recentes, cuja seleção foi, de maneira pormenorizada, descrita na seção de metodologia. Posto que o capítulo 2, dedicado à discussão teórica, propôs uma discussão mais geral sobre a natureza e as formas da argumentação, a ênfase deste capítulo se direciona para apresentação de diferentes caminhos para o entendimento desse fenômeno.

Em primeiro lugar, percebe-se como um caminho relevante discutir a maneira com que a argumentação se encontra presente no âmbito do ensino de língua. Essa vertente está ilustrada por meio do estudo Sousa e Serra (2021). Em “Operadores e estratégias de argumentação em textos de alunos do ensino médio da rede pública estadual de Bacabal – MA: uma investigação em textos dissertativo-argumentativos”, Sousa e Serra (2021) propõem uma análise de textos de natureza dissertativa produzidos por estudantes do primeiro ano do ensino médio, de modo a analisar de que forma ocorre a seleção de estratégias e de operadores argumentativos.

Os autores defendem a ideia segundo a qual a argumentatividade é constitutiva da linguagem, bem como se entende que o ato argumentativo é inerente à condição humana:

Se o uso da linguagem se dá na forma de textos e se os textos são constituídos por sujeitos em interação, é necessária a conclusão de que “argumentar é humano” (KOCH, 2018, p. 23), considerando que a expressão dos quereres, saberes, vontades dos sujeitos se dá desde a mais tenra idade em cada momento que interagem, evidenciando, que a argumentação é, portanto, uma característica humana (SOUSA; SERRA, 2021, p. 156-157).

Essa constitutividade apresentada pela argumentação se inscreve na formação cognitiva do ser humano, uma vez que as mobilizações semióticas que envolvem a construção da validade e da verdade organizam a própria forma de ser da racionalidade e, conseqüentemente, da consciência (SOUSA; SERRA, 2021).

Ainda, ponderam que a argumentação não se restringe ao plano da materialidade textual, uma vez que ela não é “um fato do discurso, ou seja, do texto em si, mas sim da linguagem (do ato comunicativo)” (SOUSA; SERRA, 2021, p. 157). Logo, existem “componentes *contextuais e textuais* que são organizados para o desenvolvimento, apresentação e defesa de uma ideia” (SOUSA; SERRA, 2021, p. 157, grifamos).

Apesar de se propor que a linguagem é, em essência, argumentativa, pois a experiência humana sempre se reveste de um posicionamento, os autores entendem que,

muito embora a capacidade argumentativa seja considerada uma capacidade natural, é na escola que o indivíduo é avaliado mais diretamente a partir dela,

com um destaque para o ensino médio. Nesse sentido, é importante destacar que, a julgar pela evidência proporcionada por essa avaliação, a questão da problematização da argumentação em sala de aula poderia ser muito mais aproveitada (SOUSA; SERRA, 2021, p. 154).

Em outras palavras, embora a argumentatividade seja inerente às práticas linguísticas, é importante haver a sua menção aprofundada no decorrer da passagem pela educação escolar, algo que ainda não se faz em um grau satisfatório de adequação aos objetivos propostos pelas orientações curriculares e pelas recomendações de estudiosos da área para o ensino de língua na escola, o que leva ao fato de que estudantes e graduados tenham um domínio precário das características próprias dos gêneros textuais argumentativos, como o artigo de opinião e a dissertação.

Por isso mesmo, esses autores indicam que: a) de uma maneira geral, a escrita utilizada pelos estudantes reflete bastante a oralidade; b) a produção dos textos é realizada de maneira extremamente técnica, que é “focada mais nos termos textuais do que nos contextuais” (SOUSA; SERRA, 2021, p. 171); c) as estratégias e operadores utilizados demonstram a pouca experiência dos estudantes com a produção de textos argumentativos, já que há repetição dos operadores utilizados (em particular “e” e “mas”), uso de léxico restrito, cópia do material de apoio e lógica argumentativa precária, na qual as construções são simples e invertem a progressão argumentativa, o que ocorre mediante, principalmente, a enfatização de argumentos contrários à tese defendida. É importante salientar que tais conclusões não objetivam invalidar as produções realizadas pelos estudantes, mas, sim, evidenciar que eles se encontram em um processo de aprendizado, no qual o papel do professor é indispensável.

Trata-se de um quadro de discussão extremamente relevante para a formação dos professores de língua portuguesa. Se se valoriza um modelo de ensino que enfatiza a memorização de classes gramaticais e de funções sintáticas concebidas de maneira isolada, difusa e por vezes ilógica, completamente alheia aos fenômenos discursivos que necessariamente atravessam e constituem as formas linguísticas, em detrimento de um contato com gêneros textuais diversos, entre os quais se encontram aqueles de natureza essencialmente argumentativa, assim como com as suas características internas e externas, o resultado é exatamente o que se constata pelos referidos autores: estudantes que produzem textos de maneira precária no conteúdo, isto é, na discursividade, enquanto se dedicam a conferir a eles uma forma polida, situação na qual há mera reprodução da lógica de memorização e repetição com a qual estão acostumados.

Ressalta-se que não se deve desprezar o ensino das formas linguísticas como as classes de palavras e as funções sintáticas, mas elas devem estar dispostas em um horizonte pedagógico

que entenda a língua como um fenômeno discursivo e que ocorra por meio dos diversos gêneros textuais.

A fim de que isso ocorra, urge que não somente ocorra uma mudança na maneira com que novos professores são formados, algo que já ocorre em grau substancialmente perceptível, mas também que esse deslocamento de perspectiva alcance a elaboração de materiais didáticos e a formulação de exames que envolvam a produção de textos como uma de suas etapas, de modo a garantir que uma visão discursiva de linguagem seja objeto de discussão e avaliação.

A argumentação pode ser observada, também, em situações que não envolvem a sua abordagem escolar, mas, sim, de modo a perceber os seus aspectos e a formular propostas teóricas que sejam capazes de oferecer meios consistentes de explicar os fenômenos que a envolvem. O estudo sobre “As modalidades deôntica e volitiva no artigo de opinião: a argumentatividade na coluna Confronto das Ideias do jornal O Povo”, de Oliveira e Lopes (2020) apresenta a noção de modalidade, que, em síntese, consiste na “gramaticalização das opiniões e crenças subjetivas do falante” (OLIVEIRA; LOPES, 2020, p. 98). Em outras palavras, ela se configura como o ato de se

demarcar a relação que o falante estabelece com o conteúdo do enunciado que ele produz em suas interações comunicativas, organizando-o conforme o que ele deseja manifestar, podendo ser relativo aos seus conhecimentos e crenças (epistêmica), ao que avalia ou regula em termos de regras e normas de conduta (deôntica), ao que deseja ou intenciona fazer (volitiva) ou à caracterização de suas habilidades e capacidades (facultativa) (OLIVEIRA; LOPES, 2020, p. 98).

Essa demarcação, ressalte-se, ganha, de maneira gradativa, uma saliência gramatical, de modo que o uso de determinadas formas linguísticas, como certas classes de palavras ou blocos expressivos, se vincula intimamente aos objetivos comunicativos dos quais elas se revestem no decorrer das práticas sociais empreendidas pelo falante. Esse posicionamento em relação ao que se diz e em relação à maneira com que se diz, que se inscreve em algum grau na gramática natural, é a modalidade.

Além das categorias anteriormente indicadas, que se referem ao domínio semântico incidente na modalização, existem outras, referentes à orientação modal do enunciado. Assim, “a modalidade pode estar orientada para o Participante, para o Evento e para a Proposição” (OLIVEIRA; LOPES, 2020, p. 100).

A modalidade orientada para o Participante é relativa à relação entre um dado participante (ou as propriedades dele) e um evento e a realização potencial desse evento por parte dele. Por sua vez, a modalidade orientada para o Evento se refere à descrição do estatuto objetivo de um evento dentro do enunciado, mas sem que o falante faça uma avaliação desse evento. [...] Por seu lado, a modalidade orientada para a Proposição diz respeito às crenças, aos



conhecimentos e aos desejos do falante acerca de uma dada proposição condizente com a especificação do grau de comprometimento do falante com relação ao que ele enuncia (OLIVEIRA; LOPES, 2020, p. 100).

As categorias referentes à orientação modal e ao domínio semântico se entrecruzam, podendo ocorrer, por exemplo, uma modalização facultativa orientada para o Participante ou uma modalização deôntica orientada para o Evento. Exemplos importantes e muito relacionados aos gêneros textuais argumentativos são as modalidades deôntica e volitiva. Para Oliveira e Lopes (2020, p. 105), “a primeira está relacionada ao que é moralmente, legalmente e socialmente aceito em termos de regras e normas de conduta, enquanto a segunda se refere à manifestação do que é (in)desejável por parte do falante”.

Em relação à modalidade deôntica<sup>9</sup>, quando orientada para o Participante, o falante (quem escreve um artigo de opinião ou uma dissertação, por exemplo) exprime de maneira clara e enfática as obrigações e permissões de que dispõem os sujeitos sobre os quais ele opina, de modo que fica evidente o seu engajamento em uma “deonticidade expressa” (OLIVEIRA; LOPES, 2020, p. 106), mediante a qual ele intenciona “admoestar os leitores acerca das obrigações inerentes [aos sujeitos sobre os quais se emite uma opinião]” (OLIVEIRA; LOPES, 2020, p. 106).

Essa postura, em outras palavras, consiste no fato de que o autor de um artigo de opinião se coloca no papel de veiculador legítimo das obrigações que deveriam ser postas em prática pelos sujeitos e pelas instituições sobre as quais escreve, e essas informações são dadas de maneira a evidenciar explicitamente o que o falante-autor entende como desejável. Trata-se, portanto, da deonticidade expressa.

Por sua vez, a modalidade volitiva “é engendrada no discurso como forma de atenuar o que é desejável por parte do produtor do artigo, o que também o compromete em termos do que é avaliado por ele como sendo desejável” (OLIVEIRA; LOPES, 2020, p. 106). Em outras palavras, nesse caso, de modo contrário à configuração anteriormente discutida, o autor do artigo de opinião busca tornar menos evidente a sua avaliação no que diz respeito àquilo que o sujeito ou a entidade deve ou não deve fazer. Isso, todavia, não torna menos claro o seu engajamento com uma tomada de posição acerca da situação. Essas circunstâncias ocorrem principalmente mediante o uso de verbos modais (como “dever” e “esperar”), sendo uns mais explícitos e outros mais atenuantes, mas todos modalizadores e refletores da opinião.

---

<sup>9</sup> É importante ressaltar que essa não é uma característica somente observada na escrita, vez que é frequente na fala.

Há, também, situações nas quais o falante se limita a expor o rol de atribuições e obrigações objetivamente imputadas (por legislação ou norma infralegal) a um órgão público ou privado, de maneira “que há um descomprometimento do falante acerca do que é desejável, posto que ele não se coloca como fonte volitiva” (OLIVEIRA; LOPES, 2020, p. 106), uma vez que se veicula o que se entende por desejável na concepção de outros sujeitos. Esse tipo de organização da modalização é, nas constatações dos referidos autores, mais comum em situações nas quais há orientação para o Evento.

Nesse âmbito de atuação argumentativa, os operadores mais comuns são os verbos modais, como “dever”, “poder”, “ter”, “querer” e “esperar”, os tempos verbais, sendo que o presente e o futuro do presente do indicativo apresentam um valor atenuante da deonticidade, os números verbais (é recorrente o uso estratégico da primeira pessoa do plural) e os advérbios de modo e de negação.

Além disso, pode ocorrer o que se chama de coocorrência, já que existem situações nas quais, por exemplo, “a modalização volitiva com orientação para o Participante é sobreposta pela modalização deôntica com orientação para o Evento” (OLIVEIRA; LOPES, 2020, p. 110-111).

Em gêneros textuais eminentemente argumentativos (mas não somente neles), a modalização é absolutamente indispensável, e ela se manifesta frequentemente em situação de coocorrência, posto que é complexa. Trata-se de uma decorrência da alta saliência argumentativa de que se revestem gêneros textuais como o artigo de opinião e o editorial, em relação íntima com a discursividade impregnada nos elementos da gramática, cujo conhecimento é compartilhado e construído entre os falantes.

Além da identificação de aspectos estruturais recorrentes na organização da argumentação, é também possível investigar de que maneira ocorrem a citação e a retomada de outros dizeres no processo argumentativo, algo que se manifesta como uma atitude frequente em diversos espaços de produção discursiva, notadamente as redes sociais. Pinheiro et al. (2020), com base em uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística da Enunciação proposta por Authier-Revuz – profundamente inspirada em uma leitura bakhtiniana –, analisam, no artigo “Heterogeneidades enunciativas como estratégias argumentativas no Twitter”, a maneira com a qual as heterogeneidades enunciativas produzidas na rede social Twitter se configuram como estratégias argumentativas. Essa rede social é amplamente conhecida por ser um espaço no qual as pessoas opinam livremente sobre quaisquer assuntos, que podem inclusive se tornarem tendências e se constituírem como um retrato da opinião pública. Não à toa, trata-se de um local onde a polêmica é essencial.

O posicionamento teórico revuziano, em uma articulação entre a perspectiva bakhtiniana e a lacaniana, entende o sujeito como clivado, psicanaliticamente dividido, “nem inteiramente livre e intencional, nem completamente assujeitado” (PINHEIRO et al. 2020, p. 123). Decorre disso a constatação de que esse sujeito não é dono do dizer, mas, sim, efeito de linguagem (PINHEIRO et al. 2020) e, assim, percebe-se que todo texto é atravessado por inúmeros discursos outros, o que caracteriza a incompletude do enunciado<sup>10</sup> (PINHEIRO et al. 2020).

Segundo Pinheiro et al. (2020), Authier-Revuz propõe duas formas de heterogeneidade: a constitutiva, que se refere ao princípio da alteridade que fundamenta a linguagem – “a ideia bakhtiniana de que todo texto responde a textos anteriores” (PINHEIRO et al. 2020, p. 124) –, e a mostrada, que se refere à “manifestação linguística [...] das diversas vozes que ecoam nos textos” (PINHEIRO et al. 2020, p. 124). Esta última, por sua vez, pode ocorrer como marcada ou não marcada, se, respectivamente, se tratar de discurso reportado (citação direta, graficamente delimitada) ou de alusão, ou lapso de linguagem (PINHEIRO et al., 2020).

Ressalte-se que é precária uma visão binária e polarizada das formas de heterogeneidade mostrada, já que se reputa como inadequada uma perspectiva que delimita a sua forma marcada como restrita àquelas ocorrências nas quais a pontuação explícita incontestavelmente a citação. Uma síntese desse posicionamento é o seguinte trecho:

Nos termos de Authier-Revuz, o primeiro caso [o presidente usar adjetivos comumente atribuídos por outros a ele] seria um exemplo de heterogeneidade mostrada não marcada, pois o locutor não utilizou nenhum recurso gráfico ou léxico-gramatical [aspas ou travessão] para demarcar a presença de uma voz exterior. O segundo caso, por sua vez, seria um exemplo de heterogeneidade mostrada marcada revelada pela presença de uma expressão metaenunciativa que reflete sobre o estatuto do lapso cometido com fins de correção. Contudo, [...] os dois casos colocariam em cena a heterogeneidade mostrada sendo, conseqüentemente, marcados. É através de análises desse tipo que a autora assume que as ocorrências dos lapsos, realizadas na forma de um sobressalto na fala, também são formas de marcação da alteridade, visto que, do ponto de vista psicanalítico, sempre haverá marcas linguísticas, *pois as marcas não são, ou não são apenas, as que o enunciador percebe ou supõe perceber.* (PINHEIRO et al., 2020, p. 125, grifamos)

Assim, pode-se inferir que “as heterogeneidades mostradas são sempre marcadas” (PINHEIRO et al, 2020, p. 127), uma vez que o próprio ato de materialização linguística é, por si, marcação (PINHEIRO et al, 2020). Entretanto, “os diferentes graus de explicitação dessas marcas podem ser relevantes para a análise de seus efeitos argumentativos” (PINHEIRO et al, 2020, p. 128), de modo que “o uso de uma forma mais explícita de heterogeneidade, como nas

---

<sup>10</sup> Trata-se da acepção bakhtiniana de enunciado.

formas do discurso reportado, ou de uma forma menos explícita, como a alusão, desempenha certas estratégias argumentativas particulares no dizer do locutor” (PINHEIRO et al, 2020, p. 128).

Convém assinalar, também, que existe,

no trajeto entre a transparência e a opacidade das palavras no enunciado, um processo argumentativo complexo, visto que as escolhas enunciativas intencionais dão ao locutor a ilusão de controle do dizer e orientam o interlocutor para determinado “caminho de interpretação”, no qual o locutor simultaneamente se afirma e se defende de interpretações outras (PINHEIRO et al., 2020, p. 132)

Por isso mesmo, muito além de evidenciarem a presença da alteridade na materialização e na circulação textual, as heterogeneidades enunciativas se prestam à revelação de intenções argumentativas, mediante, principalmente, a metaenunciação (ato de reflexão sobre o dizer e de tentativa de controle dele), e a representação do discurso outro (discurso direto, indireto, indireto livre e congêneres) (PINHEIRO et al., 2020).

Entende-se, então, que o dizer não é coincidente, isto é, ele pode “apontar para a existência de outro sentido, [...], propor uma nova nomeação, convocar balizagem teórica exterior, entre muitas outras [coisas]” (PINHEIRO et al., 2020); além disso, é bastante comum que haja ausência de explicitação clara de determinados sentidos produzidos no embate entre as vozes sociais que se materializa nos enunciados; é também importante apontar para a pertinência da hipótese segundo a qual as formas pelas quais se marca a heterogeneidade enunciativa encontram-se inscritas na organização textual<sup>11</sup>, de modo que elas instruem a organização argumentativa dos enunciados e vão adquirindo, nesse processo, carga argumentativa.

Expondo uma outra maneira de se abordar a argumentação, o trabalho “Uma análise das estratégias argumentativas nos pronunciamentos oficiais de Bolsonaro”, de Coimbra e Carvalho (2020) analisa as estratégias argumentativas utilizadas pelo Presidente da República em pronunciamentos realizados na cadeia nacional televisiva e radiofônica no decorrer do ano de 2020, com ênfase dada à indicação do caráter desinformativo dos conteúdos veiculados em relação à pandemia causada pelo coronavírus.

O quadro teórico, em síntese, destaca as mudanças causadas pelo surgimento e pelo desenvolvimento de novos meios de comunicação e pela maior ligação da vida das pessoas a esses suportes, assim como constata a recente escalada da politização da mídia e da

---

<sup>11</sup> Essa perspectiva filia-se à visão de que a argumentatividade linguística é algo que faz parte da gramática, uma vez que ela é sensível às intenções sociocomunicativas de que se revestem os usos da linguagem.

mediatização da política, o que ocorre mediante os processos, ocorridos sobretudo na Internet, de produção de notícias falsas (*fake news*) e de empreendimentos de desinformação, com o objetivo de serem obtidos ganhos políticos, o que se tem observado em discussões que analisaram os processos eleitorais ocorridos nos Estados Unidos, em 2016, e no Brasil, em 2018.

Para esses autores,

a mídia não pode ser vista numa ótica simplista de canais de transmissão de informação. Elas são entidades onipresentes que se inserem cada vez mais no cotidiano das pessoas, relacionando assim, de forma direta, com o funcionamento da sociedade, e, por consequência, penetrando nas instituições e campos sociais, criando um novo modo de ser no mundo e participando da vivência social (COIMBRA; CARVALHO, 2020, p. 3).

Além disso,

após um maior uso da potencialidade da internet, a noção passa a se referir a um ambiente, no qual a comunicação política encontra outras formas de circulação. Se antes era necessário ao ator político recorrer a instância midiática tradicional, hoje com as novas mídias é permitido um diálogo mais direto entre o político e o eleitor (COIMBRA; CARVALHO, 2020, p. 4).

Nesse viés, os autores entendem que a pandemia pela qual o mundo passa desde 2020 catalisou esse processo, já que se tornaram ainda mais presentes no cotidiano “o processo de desinformação, o uso de tecnologias para criação e disseminação de imagens e textos, a disseminação de *fake news*, a emergência do negacionismo científico, a pós-verdade, entre outros temas” (COIMBRA; CARVALHO, 2020, p. 4).

Cabe ressaltar que esses procedimentos de construção e de manipulação das verdades não é algo novo, mas, sim, um conjunto de fatos sociais que tomaram outra roupagem na atualidade e que passaram a incidir com muito mais frequência e intensidade nos acontecimentos da vida cotidiana e política, o que caracteriza a chamada era da pós-verdade, caracterizada como a situação em que “os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública que os apelos à emoção e à crença pessoal” (COIMBRA; CARVALHO, 2020, p. 5).

A proposta contempla uma análise pormenorizada dos pronunciamentos feitos pelo Chefe do Poder Executivo Federal na Cadeia Nacional de Rádio e Televisão no decorrer do ano de 2020, cuja temática é a pandemia e os seus efeitos. São apresentados os temas acionados, entre os quais se destacam, no que tange à repercussão, a minimização da pandemia, as críticas à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e ao isolamento social e a defesa de medicamentos.

Após a apresentação da síntese dos cinco pronunciamentos analisados, os autores indicam, em termos quantitativos, a frequência com que as referidas temáticas são acionadas;

as mais ocorrentes são a minimização da pandemia, as mensagens religiosas (menções à figura divina ou a elementos narrativos da mitologia cristã) e as críticas (à imprensa, aos chefes dos poderes executivos estaduais e municipais e às políticas de isolamento).

Relativamente às estratégias e aos operadores argumentativos adotados pelo Presidente, os resultados destacam o uso de expressões que simplificam a gravidade da pandemia, a validação do senso comum e de crenças alinhadas ao seu posicionamento político, em embate direto com postulados científicos (característica da pós-verdade), e, principalmente, o confronto, que se dá mediante a difusão da polêmica, já que, “ao invés de gerir, ele alimentou e ampliou a crise” (COIMBRA; CARVALHO, 2020, p. 14). Tais elementos são mobilizados, segundo os autores, de modo a consolidar discursivamente a pandemia enquanto a personificação dos inimigos do governo: os entes federativos, a imprensa e os problemas econômicos e sociais do país.

Dessa forma, [Jair] Bolsonaro constrói uma realidade distorcida sobre a Covid-19 como forma de legitimação do seu poder diante da população e atua de modo influente na forma como as pessoas vão apreender a crise e organizar seus pensamentos e comportamentos. (COIMBRA; CARVALHO, 2020, p. 15)

Outra abordagem em relação à argumentação encontra-se ilustrada no estudo de Pozobon e David (2020), intitulado “O impeachment de Dilma Rousseff em *Veja* e *CartaCapital* e suas relações com outros acontecimentos histórico-políticos”. As autoras objetivam focalizar a estratégia argumentativa de comparação, utilizada pelas revistas *Veja* e *CartaCapital* para estabelecer uma relação comparativa entre o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e outros três acontecimentos políticos relevantes na história nacional: o Regime Militar (1964-1985), o movimento Diretas Já (1984) e o impeachment do ex-presidente Fernando Collor (1990).

Para tanto, o referencial teórico dedica-se de maneira aprofundada a debater as nuances do conceito de acontecimento, entendido inicialmente como, tal qual sua acepção no senso comum, “tudo aquilo que acontece”, “o que surge, o que acontece, o que se produz” (POZOBON; DAVID, 2020, p. 55). Indo além, postula-se que o acontecimento não ocorre de maneira isolada, posto que dialoga com o passado e o futuro, bem como se imiscui na realidade cultural em que a sua ocorrência se desenrola, assumindo o status de narrativa (POZOBON; DAVID, 2020).

Entende-se que, dada a pluridimensionalidade inscrita nesse conceito, resta conclusivo que as suas várias acepções não se excluem, o que garante ao analista uma maneira multiforme

de se perceber os dados fornecidos pelo cotidiano, de modo a percebê-los a partir de distintas focalizações (POZOBON; DAVID, 2020).

O caráter inovador e irrompedor do acontecimento também é indicado pelas autoras, posto que

o acontecimento é uma mudança de estado das coisas, um processo de transição e que, como todos os processos, por sua vez, culmina em algo novo. O acontecimento “vem a ser, emerge e é o desfecho de transições que se operam em qualquer momento, com esboços de tendências que vão se desenvolver de acordo com a lógica própria de cada uma e culminar em acontecimentos” [...] “O acontecimento suscita a não conformação, a renovação – e esta é, sobretudo, do pensamento”. (POZOBON; DAVID, 2020, p. 56).

Em adição, as autoras pontuam que o acontecimento possui uma dupla natureza: existem os acontecimentos existenciais, “que simplesmente emergem ao nosso redor” e que “surgem nos limites da existência” (POZOBON; DAVID, 2020, p. 56), e os acontecimentos-objetos, os quais “as pessoas podem recortá-los de seu contexto e debruçarem-se sob algum aspecto ou potencial, com o propósito de o entender, investigar e julgar” (POZOBON; DAVID, 2020, p. 56).

Nesse viés,

As mídias, com todo seu potencial e histórico de organização da vida sociedade, transformam, a todo instante, os acontecimentos existenciais em acontecimentos-objetos. Elas traduzem, explicam e condicionam o pensamento de quem recebe a informação de acordo com as suas próprias lógicas. Mas, mais do que condicionar, as mídias constroem os acontecimentos ao transformá-los, de acordo com seu olhar, em acontecimento-objetos (POZOBON; DAVID, 2020, p. 56).

Em acepção semelhante, as autoras indicam que os acontecimentos podem ser observados em seu estado bruto, isto é, ainda desprovidos de significação, e em seu estado significado, quando já inserido em um horizonte de produção de sentidos. Esse processo ocorre mediante uma ruptura, na qual o acontecimento é percebido enquanto modificação em um estado de coisas, em diálogo com acontecimentos passados e futuros.

Entende-se que a própria percepção dos acontecimentos é discursiva e, portanto, elaborada narrativamente, de modo que “a informação é sempre deformada, pois é construída e manipulada no momento em que se transforma em um discurso” (POZOBON; DAVID, 2020, p. 56). Assim, a argumentação “é entendida como do âmbito da ‘organização do discurso’ e não das categorias da língua, ou seja, a argumentação não é um tipo de texto, mas um modo de organização que possui procedimentos e componentes próprios” (POZOBON; DAVID, 2020, p. 58).

Finalmente, em relação à construção da argumentação, as autoras indicam que

A organização argumentativa depende de três elementos: o questionamento sobre algo, o raciocínio de alguém para explicar esse algo e a interpretação de outro alguém que pode aderir ou não ao raciocínio exposto. O acontecimento, de igual modo, propõe uma explicação – advinda de alguém – sobre uma modificação e, por sua vez, essa explicação também é levada a alguém. Dessa forma, ambas propostas são organizações – construídas e percebidas – sobre o mundo, que são levadas a um outro que pode ou não aceitar essa configuração. (POZOBON; DAVID, 2020, p. 59).

Nesse horizonte teórico, é delineada a proposta de analisar, dentro do contexto do processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, a comparação enquanto estratégia argumentativa. Ela “pertence à família de argumentos analógicos” (POZOBON; DAVID, 2020, p. 58) e consiste, dentro do contexto analisado, na aproximação desse acontecimento a outros eventos políticos de peso na história brasileira: O Regime Militar, ocorrido entre os anos de 1964 e 1985, o movimento Diretas Já, ocorrido em 1984, e o impedimento do ex-presidente Fernando Collor de Mello, ocorrido em 1992.

Em virtude de o procedimento político-jurídico ter sido muito semelhante em ambas as situações, foram observadas pelas autoras diversos argumentos nos quais o impedimento da ex-presidente Dilma foi comparado ao impedimento pelo qual passou o ex-presidente Collor. As comparações abordaram tanto a forma do procedimento, fazendo referência à “descida definitiva da rampa do Planalto”, e à manutenção dos direitos políticos por Dilma, quanto o ambiente político que o rondou, de modo que foram aproximados os graus de popularidade de que se dispunham os então presidentes e o grau da saúde de sua relação com os demais poderes, notadamente o Legislativo (POZOBON; DAVID, 2020).

Por meio da comparação, uma situação atual é posta em nível de igualdade à outra ocorrida no passado, uma vez que ambas compartilham certas propriedades de forma e de conteúdo, e, dessa forma, especificamente no que tange ao discurso jornalístico, é possível desenvolver uma argumentação cujo teor se insere no quadro de objetivos comunicativos assumidos pelo veículo. Nesse viés, opõem-se diametralmente as duas fontes consideradas pelo trabalho focalizado, quais sejam, Veja e CartaCapital. Enquanto a primeira se refere ao impeachment de Dilma Rousseff como um acontecimento único na história brasileira – e extremamente necessário –, a segunda entende esse processo como “a segunda morte das Diretas Já” (POZOBON; DAVID, 2020, p. 63).

Em síntese, são apresentadas as propriedades consideradas nos procedimentos argumentativos de comparação de que fizeram uso ambas as revistas:

- há comparação entre o grau de impopularidade apresentado por Collor e por Dilma;



- há comparação entre o volume das manifestações populares que ocorreram nos contextos desses dois processos de impeachment, com diversas referências sendo feitas ao movimento Diretas Já;

- há comparação entre os aspectos formais apresentados por ambos os processos, que, embora tenham ocorrido sob a égide de um mesmo ordenamento jurídico, apresentam diferenças, das quais a principal é a manutenção dos direitos políticos por Dilma;

- há comparação entre o nível do sentimento popular de aversão à política e ao partidarismo percebido em ambos os contextos, com menção específica à chamada “espontaneidade do movimento”, que se refere ao fato de que as manifestações foram sobretudo convocadas e organizadas por grupos que não faziam parte dos quadros atuantes nos partidos políticos;

- há, por parte da revista CartaCapital, a comparação com o período do Regime Militar, de modo que o processo de mudança na ordem política decorrente do impeachment de Dilma é chamado de “golpe”, em referência ao evento inaugural do período da história brasileira ocorrido entre 1964 e 1985.

Em relação às estratégias argumentativas auxiliares, destacam-se o uso de argumentos de autoridade, especialmente as opiniões de acadêmicos, e os chamados argumentos pedagógicos, que objetivam apresentar “uma série de elementos que contribuem para uma compreensão” (POZOBON; DAVID, 2020, p. 65).

Finalmente, as autoras reafirmam a compreensão segundo a qual o acontecimento é discursivamente delimitado, no qual ocorre a materialização “da procura de sentido por meio de uma narrativa” (POZOBON; DAVID, 2020, p. 66). O uso de uma estratégia argumentativa que compara eventos atuais com outros já ocorridos, fazendo prospecções futuras, evidencia o fato de que a percepção da ocorrência e os desdobramentos dos acontecimentos se delineiam no seio da historicidade social, o que, de maneira inevitável, se insere nos embates que revestem a construção dos sentidos.

Os cinco trabalhos apresentados e discutidos nesta seção se configuram como um recorte da pluralidade de posicionamentos científicos existentes na atualidade em relação ao debate sobre as estratégias argumentativas e seus respectivos operadores. Diferentes enfoques e enquadramentos teóricos foram abordados, e é possível perceber como uma unanimidade entre eles a adoção de uma visão social da natureza da linguagem e a percepção da argumentação a partir de sua indispensabilidade na constituição dos sujeitos e na construção dos elementos culturais.

A par das semelhanças, também puderam ser percebidas, entre esses trabalhos,

discrepâncias, como, por exemplo, o aspecto da argumentação focado em cada trabalho analisado (ensino da argumentação; modos da mobilização de valores por meio dos argumentos em textos opinativos; caracterização dos argumentos que instruem manifestações discursivas oficiais de caráter desinformativo; uso de uma estratégia argumentativa específica para a formação de narrativas que delimitam e transformam a percepção dos acontecimentos históricos).

É possível observar, também, a argumentação com foco nas suas condições contextuais de produção, como os acontecimentos históricos nos quais ela ocorre ou os suportes e as modalidades linguísticas de que faz uso, ou com foco nos aspectos linguísticos mobilizados pelo enunciador no decorrer dos seus atos argumentativos.

Esse tipo de investigação reforça a natureza discursiva da atividade argumentativa, bem como evidencia que a gramática é sensível a ela, uma vez que os gêneros, as estratégias e os operadores argumentativos, por se filiarem intimamente aos objetivos comunicativos e às intenções sociodiscursivas imbuídas nos atos de produção discursiva, vão, à medida que os usos da língua ocorrem, se impregnando dessa saliência argumentativa.

A próxima seção, dedicada às considerações finais, dedica-se a um aprofundamento das conclusões iniciais acima mencionadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A argumentação sempre foi uma temática importante no interior das reflexões e das investigações sobre a linguagem, desde os momentos iniciais da história humana. Na atualidade isso não é diferente, posto que é crescentemente volumosa a quantidade de trabalhos científicos realizados nesse âmbito de discussão. É, também, bastante plural a matriz de perspectivas teóricas nas quais essas pesquisas se arvoram.

Nesse viés, esta monografia propôs o objetivo de empreender uma reflexão crítica sobre a argumentação, com foco nas diferentes maneiras pelas quais ela pode ser compreendida e investigada. Para isso, foi considerada a perspectiva metodológica da pesquisa bibliográfica, realizada através da revisão de literatura, por meio da qual foram compilados e analisados cinco artigos, publicados em 2020 e em 2021 e selecionados mediante o uso da plataforma Google Acadêmico.

Em primeiro lugar, percebeu-se que todos os estudos que compuseram a amostra bibliográfica analisada vinculam-se a uma visão sociocultural das práticas linguísticas, atestam a alta saliência argumentativa de determinados gêneros textuais e entendem a argumentação como constitutiva da linguagem, abordagem que se constitui como uma tendência atual dos estudos feitos nessa área de pesquisa.

Além disso, foi possível identificar as especificidades de cada artigo analisado, de modo que se constatou a diversidade de maneiras de se focar a argumentação, assim como são plurais as perspectivas teóricas que subsidiam essas discussões.

Conforme exposto, há a possibilidade de se discutir o ensino da argumentação nas aulas de língua portuguesa, em uma perspectiva que, em primeiro lugar, busca realizar um diagnóstico do domínio da argumentação e da identificação dos gêneros argumentativos pelos estudantes, o que instrui a posterior reflexão e a elaboração, pelo professor, de propostas didáticas que possibilitem o desenvolvimento das habilidades argumentativas, assim como garantam um maior domínio das características e dos usos próprios dos gêneros textuais argumentativos.

Nesse sentido, o primeiro artigo analisado abordou o uso de estratégias argumentativas por estudantes do ensino médio, e forneceu contribuições no sentido de indicar quais características refletem os usos da argumentação e dos gêneros argumentativos por esses aprendizes, de modo a elaborar uma reflexão sobre a eficácia dos modelos vigentes de ensino de língua materna na escola, que ainda são muito influenciados por uma nomenclatura gramatical normativa e baseada no aprendizado repetitivo e ilógico, por meio da qual é proposta

a necessidade de tornar esse componente curricular mais alinhado com uma visão sociocultural de linguagem, em atendimento às orientações curriculares atualmente vigentes e às propostas acadêmicas mais difundidas.

Afirmou-se que é possível, também, focalizar, no âmbito da argumentação, a modalização e as suas espécies. Esse procedimento consiste na apreensão, pelos elementos da gramática, das convicções e dos posicionamentos de que dispõe o falante. É uma das faces da repercussão do discurso na gramática e elemento indispensável para a realização de atos argumentativos, mediante o uso de gêneros textuais eminentemente argumentativos.

Observou-se que a modalização pode ser volitiva (expressar as vontades de quem fala) e deôntica (expressar as obrigações das pessoas sobre quem se opina), bem como possui uma orientação, que se refere ao alvo a que o falante dirige a sua atuação opinativa e avaliativa (um outro sujeito, algum acontecimento ou a situação de enunciação), cada qual com objetivos comunicativos específicos.

Para isso, as formas mais comumente mobilizadas pelos enunciadores são os verbos modais, como “poder” e “fazer”, o uso de tempos verbais específicos, como o presente e o futuro do presente do modo indicativo, e a recorrência a números verbais particulares, especialmente a primeira pessoa do plural.

Em uma outra perspectiva de discussão, foi abordada a retomada de outros dizeres enquanto uma estratégia argumentativa, o que ocorre com muita frequência nas interações ocorrentes pelas redes sociais, especialmente naquelas que se pautam pela polêmica. Analisou-se um trabalho que focalizou, com base em uma perspectiva fundamentada pelo referencial teórico bakhtiniano, a mobilização dessas formas de citação como uma característica fundamental da argumentação em situações ocorridas na rede social Twitter, por meio da qual os falantes emitem as suas opiniões em relação às pessoas citadas.

A realização dessa proposta conduz à constatação de que inexistente coincidência entre os atos enunciativos, de modo que os sentidos se instauram de maneira tal que nunca se enrijecem completamente, posto que são suscetíveis à transformação. Além disso, também é possível entender que as formas pelas quais essas citações são realizadas possuem saliência gramatical, vez que repercutem na organização dos elementos linguísticos.

Ao final, foram apresentadas outras duas formas de se investigar a argumentação: focalizar o uso de estratégias argumentativas pelo Presidente da República em pronunciamentos oficiais, marcados pela polemização e pela desinformação, e discutir o uso da comparação enquanto estratégia argumentativa que busca fomentar a criação de narrativas históricas sobre determinado acontecimento.

De um lado, notou-se que o alinhamento a projetos de produção e disseminação de *fake news* faz com que o sujeito produtor de discursos mobilize com maior frequência argumentos de determinados tipos, como o de simplificação, o de reprodução e validação do senso comum, e, principalmente, o de confrontação pela polêmica.

Por outro lado, percebeu-se que o uso da estratégia argumentativa da comparação para alinhar um acontecimento que se desdobra no presente com outros ocorridos no passado trata-se de um meio muito utilizado por veículos de comunicação para pautar a interpretação das situações pela opinião pública, seja com o objetivo de convencer as pessoas a se filiarem ao seu posicionamento, seja para desnudar o caráter narrativo da construção da história e oferecer meios para uma leitura crítica dessas situações.

A primeira constatação trazida por este trabalho, muito embora possa ser entendida pelos pesquisadores da área como uma relativa obviedade, é a de que existe imensa pluralidade dentro do campo dos estudos da linguagem, em geral, e nos estudos da argumentação, em particular, uma vez que diversas são as possibilidades de investigação, os campos de pesquisa e as perspectivas teóricas que embasam essas análises.

Além disso, atestou-se que é possível refletir sobre a argumentação tanto em relação à sua natureza e as suas características, tendo por base a análise de textos que dela fazem uso, ou que se organizam com base nela, quanto de modo a discutir o seu ensino nas aulas de língua, com o objetivo de aperfeiçoar os materiais e os modelos didáticos por meio dos quais ele ocorre. São dois eixos de pesquisa relativamente estáveis e bastante produtivos, ainda que de modo algum exauam as possibilidades de reflexão no interior desse âmbito.

Desse modo, entende-se que o conteúdo exposto por este trabalho não se limita a uma reprodução superficial e mecânica de achados constantes em publicações recentes que se dedicaram a discutir a argumentação. Na verdade, foi possível realizar, ainda que de maneira relativamente introdutória, um percurso crítico e reflexivo sobre panoramas distintos que buscam entender e explicar esse fenômeno, sob diferentes formas e com diferentes objetivos, não somente de modo a explicitar a produtividade científica desse ramo de pesquisa, mas também com o objetivo de fornecer contribuições para a compreensão dessa temática a partir de uma metodologia que, embora seja relativamente comum no meio acadêmico, constitui-se como um importante instrumento de aprimoramento profissional do docente, por meio do qual é possível promover a formação continuada.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo/SP: 34, 2016.
- BENTO, A. **Como fazer uma revisão de literatura**: considerações teóricas e práticas. Sem data. Disponível em: <http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Revisaodaliteratura.pdf>. Acesso em: 23 fev 2021.
- COIMBRA, M.; CARVALHO, W. Uma análise das estratégias argumentativas nos pronunciamentos oficiais de Bolsonaro. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 1 a 10 de dezembro de 2020**. São Paulo/SP: Intercom, 2020.
- FIORIN, J. **Argumentação**. São Paulo/SP: Contexto, 2018.
- KOCH, I. V. **Argumentação e linguagem**. 9. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2004.
- LIMA, T.; MIOTO, R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis/SC, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- MARIANO, A.; ROCHA, M. Revisão da literatura: apresentação de uma abordagem integradora. In: **XXVI AEDEM International Conference – Economy, Business and Uncertainty**: ideas for a European and Mediterranean industrial policy. Reggio Calabria (Itália), 2017, p. 427-443.
- MOURA, A.; MONTEIRO, S. As técnicas argumentativas e a construção do ethos: uma análise do processo judicial condenatório de Frei Caneca. In: MOURA, A. et al. (Orgs.). **Estudos da argumentação sob diferentes perspectivas de análise**. Petrolina/PE: IF Sertão-PE, 2021, p. 12-128.
- OLIVEIRA, A.; LOPES, M. As modalidades deôntica e volitiva no artigo de opinião: a argumentatividade na coluna confronto das ideias do jornal O Povo. **Caletrosópio**, Ouro Preto/MG, v. 8, n. 2, 2020, p. 97-113.
- PERELMAN, C. **The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1971.
- PINHEIRO, C. et al. Heterogeneidades enunciativas como estratégias argumentativas no Twitter. **Revista Investigações**, Recife/PE, v. 33, n. esp., p. 122-140, 2020.
- POZOBON, R.; DAVID, C. O impeachment de Dilma Rousseff em Veja e CartaCapital e suas relações com outros acontecimentos histórico-políticos. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília/DF, v. 10, n. 26, p. 54-68.
- SILVA, A. Bakhtin. In: OLIVEIRA, L. (Org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo/SP: Parábola Editorial, 2013, p. 45-70.
- SOUSA, R.; SERRA, L. Operadores e estratégias de argumentação em textos de alunos do ensino médio da Rede Pública Estadual de Bacabal – MA: uma investigação em textos

dissertativo-argumentativos. **Afluentes: Revista de Letras e Linguística**, São Luís/MA, v. 6, 2021, p. 153-175.

VIEIRA, M. Práticas de produção escrita: análise das estratégias argumentativas no gênero artigo de opinião. In: ROCHA, M. et al. (Orgs.). **Anais do VI Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa**. Uberlândia/MG: Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, 2016, p. 1687-1695.